

**REVISTA DA  
ACADEMIA  
MATO – GROSSENSE DE LETRAS**

**ANO 98**

Cuiabá – Mato Grosso

2019

# Discurso de Posse

Valério de Oliveira Mazzuoli

*Deus (...) há de retribuir a cada um segundo as suas obras.* É o que se lê no Capítulo 2, Versículo 6, da Epístola de São Paulo Apóstolo aos Romanos. Certo que as obras de cada um vêm à luz pelo que se faz. Porém, a retribuição – boa ou ruim, maior ou menor – pelo que se fez está fora de nosso alcance. Somente o Julgador Único de todas as nossas atitudes é capaz de retribuir a cada qual segundo as suas realizações. E, quando a retribuição nos chega, há que agradecer.

A seguir a profecia bíblica, sinto que uma das recompensas de uma vida de trabalho e dedicação às letras jurídicas me está sendo hoje atribuída, ao tomar posse na Cadeira nº 36 desta Academia Mato-Grossense de Letras, esta que tem como Patrono Pedro Trouy, e teve, como último ocupante, José Couto Vieira Pontes. Este momento, portanto, para mim, tem o significado de uma retribuição de Deus àquilo que me dediquei fazer nesta vida, que é escrever e ensinar; conota a emoção de ser agraciado do Alto pelo propósito interior, que sempre tive, de oferecer o melhor de mim na labuta diária de erudir. Enfim, me sinto abençoado por ter sido escolhido, pelos pares desta Casa, sob a direção de Deus, para ocupar a Cadeira nº 36 desta Academia Mato-Grossense de Letras.

Outra alegria que me toma neste momento, devo dizer, diz respeito ao tempo, o senhor e sabedor de todas as coisas. Aqui me refiro ao tempo em seu sentido existencial, aquele que percorre qualquer existência, e que, ligado ao contabilizar dos anos, marca alguém em “velho” ou “novo”. Nesse sentido existencial é que me alegro, então, por saber que neste contabilizar de anos me torno, agora, na formação presente desta Casa, o seu mais jovem membro; o mais novo entre todos os que aqui estão e fazem parte; para ser matematicamente mais claro, o que menos idade tem entre os seus pares. Assim, a minha alegria agora é redobrada, por saber que fui o eleito pela Casa Barão de Melgaço para dela ser o seu membro temporalmente mais jovem, o seu membro, como sói dizer, *caçula*.

Com a soma desses dois fatores, a profecia e o tempo, é que agora me somo aos nomes de ontem e de hoje que fizeram e fazem a cultura desta

terra aqui na Casa Barão de Melgaço. Cultura essa que não é perfeita, é certo; que leva consigo suas idiosincrasias, como todos sabem; que denota, muitas vezes, raciocínios díspares de uma mesma realidade, dissipada por visões em tudo dissonantes. Seja como for, certo é que a cultura (em grifo) é berço esplêndido da intelectualidade, e a intelectualidade há de ter teto em todos os lugares, sendo ele, aqui, este que nos acoberta, e que, doravante, passa a ser também para mim moradia.

Devo registrar que a semente desta plantação, hoje frondosa em dia de colheita, foi em mim semeada desde o dia em que aqui aportei, em 2 de janeiro de 2005, quando o Acadêmico Luiz Orione Neto suscitou a propositura de uma candidatura a esta Casa. Não havia, desde então, porém, de minha parte, um sentimento certo de também estar no momento oportuno para que assim fosse. Mas o tempo passou e a semente germinou. E vingou. Como se não bastasse, o desabrochar de novas flores em meu caminho guiou-me até aqui, para que, agora, este momento se concretizasse. Uma dessas flores que em minha caminhada neste Estado apareceu tem por nome Amini Haddad Campos. Poderiam todos imaginar quando, em solo árido, nasce bela flor em meio ao deserto? No meu deserto apareceu Amini, esplendorosa, altiva e de pétalas em forma de coração, daquelas que se deve regar todos os dias, sem cansaço. Assim foi (e tem sido) a amizade verdadeira que tenho por esta Acadêmica da Casa Barão – Amini Haddad Campos – e por toda a sua família. Foram o seu compromisso, o seu desprendimento e o seu grande coração os responsáveis talvez maiores por este momento, hoje plenamente realizado. Não poderia, porém, deixar de dizer que a estes dois Acadêmicos – Luiz Orione Neto e Amini Haddad Campos – soma-se outro: Sebastião Carlos Gomes de Carvalho, que em longos anos de amizade tem me brindado com verdadeira parceria e irmandade, notadamente por comungarmos de iguais valores, dentre eles o da ética e o da honradez.

Os traços e laços de amizade que acabo de expor são muito importantes para compreender a importância de pertencer a um ambiente amigo, acolhedor e igualitário; a um ambiente em que se leva a sério o saber, em seus mais variados campos; e em que, mesmo com diferenças, se respeita e se faz respeitar o que majoritariamente estabelecido, à base do princípio democrático. Não há outra maneira de viver junto, de conviver, se não for assim, acolhendo o outro como o irmão que chega à família a

destempo. E assim estou sendo acolhido por estes pares, que, doravante, me serão confrades e confradeiras até o final dos nossos dias.

O ingresso nesta Casa, porém, não pode passar alheio a algumas reflexões, necessárias para a compreensão do momento pelo qual passa a Casa Barão de Melgaço e, especificamente, daquilo que pode representar o meu ingresso neste Sodalício.

O que dizer, assim, de outro – não sou o primeiro! – jurista em uma Academia de Letras? Por sua vez, o que são “letras” para o fim de concorrer a uma vaga em uma Academia de Letras? Seriam tais letras apenas as letras da literatura ou ficcionistas? Ou também poderiam ser as letras jurídicas, as letras históricas, as letras médicas, as letras econômicas, as letras filosóficas, e assim por diante?

Para a compreensão desse tema, começaria eu lembrando o grande jurista alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda, o mais brilhante dentre os juristas brasileiros, que, em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 15 de maio de 1979, assim pontificou:

*“Letras”, no nome da Academia Brasileira, nunca foi somente a propósito de poesia, contos, novelas, romances e crônicas. Aqui estiveram Osvaldo Cruz, Santos Dumont e outros. A Academia exerceu e exerce a sua grande missão e temos de estar atentos ao que ela fez e ao que a ela deve à cultura brasileira e mundial.*

Aqui nesta Casa, por seu turno, assim também se expressou o Acadêmico Lenine de Campos Póvoas, segundo ocupante da Cadeira nº 33 deste Sodalício, em seu discurso de recepção do Acadêmico Satyro Benedicto de Oliveira, dizendo:

*As Academias – a não ser o caso de algumas expressas exceções – não se denominam Academias de Literatura, mas sim de Letras, o que nos revela que devam acolher poetas, prosadores, literatos de todos os matizes, inclusive os que se ocupam da literatura jurídica ou médica, todos os que lavram a seara das letras, todos os que, enfim, convivem no mundo da intelectualidade.*

Como se não bastasse, também o Acadêmico Luiz Orione Neto, em seu discurso de posse nesta Academia, observou “que reina por aí, na opinião de alguns, uma ideia de que nas Academias só deveriam entrar literatos, como tais entendidos romancistas ou poetas”, o que, na sua abalizada opinião, não é “uma visão correta do fato”, tanto que “outro não foi o entendimento dos franceses ao darem ao seu mais alto cenáculo de

cultura o simples e abrangente título de Academia Francesa, sem qualquer restritivo”<sup>1</sup>.

Não foram poucos os juristas que aportaram nesta Casa até hoje. Sim, juristas. Juristas são os que têm obras jurídicas publicadas, obras de quilate, de envergadura, de ciência jurídica pura. Sem ser juristas, há também os meros “operadores do direito”, aqueles sem qualquer veia acadêmico-científica, que atuam, v.g., na prática da advocacia. Certo é que os primeiros – os juristas – são verdadeiros escritores e contribuem para com a ciência jurídica, tendo, portanto, lugar cativo nas Academias de Letras (veja-se, v.g., quantos juristas já assentaram à Academia Brasileira de Letras); os segundos, por sua vez, são os práticos, os do dia-a-dia forense, de que a sociedade, não há dúvidas, necessita, mas não as agremiações literárias. Que não se confundam as coisas, portanto.

Juristas são os que têm plus sobre os meros operadores do direito, sendo, portanto, letrados em sua área de especialidade. E, nesse sentido, é alentador perceber que a Casa Barão de Melgaço não tem feito acepção a tais escritores e às suas letras; não tem distinguido as “letras”, quaisquer que sejam. Em suma, a Academia tem demonstrado que tem honrado a tradição da Casa na escolha límpida de seus membros, com critérios objetivos e à base da meritocracia, como efetivamente há de ser. O meu “viva”, aqui, às letras jurídicas!

Ilustres confrades e confradeiras! O que se acaba de expor é verdade inexorável, evidente, de todo clara, incontestável. Ora, letras são letras. Só os incultos para não perceber essa evidência solar. Pensar diferente é faca sem gume, que não corta; provém de quem só tem da realidade uma notícia anedótica, de oitiva, por ouvir falsos profetas. As letras devem dialogar entre si e não emudecer-se umas com as outras, com respeito mútuo. Se nós, juristas, respeitamos e exaltamos as letras e a ficção, porque também não ser respeitados e exaltados por elas? Os ficcionistas não valorizam a igualdade, senão apenas a sua própria realidade? Desse mal, senhoras e senhores, não padecemos nas Ciências Jurídicas, berço definitivo da Justiça. Ora, não é esta uma Academia de Literatura, tampouco uma Academia de História, uma Academia de Medicina, de Economia, de Filosofia, de Artes ou, enfim, de Direito. Esta Casa é uma Academia em sentido lato, que

---

<sup>1</sup> Trecho em: Freire, Nilza Queiróz; Siqueira, Elizabeth Madureira & Pinto, Gislaíne Figueiredo Pissurno Motta (Orgs.). *90 anos da Academia Mato-Grossense de Letras (1921-2011)*. Cuiabá: AML, 2011, p. 124.

congrega todos os variados ramos do conhecimento, de todas as ciências, dentre as quais, sempre estiveram (e sempre estarão!) as Ciências Jurídicas. Sempre estarão! Por quê? Porque as letras jurídicas salvam-nos das injustiças, atribuem-nos direitos, fazem-nos compreender o que não pode o Estado – ou o Poder Público em geral – fazer contra o povo; nos afastam das violações de direitos e nos protegem contra arbitrariedades; nos fazem mais justos e mais valorosos, ampliando, portanto, a cidadania em favor de todos. Essa a tese que levo comigo desde o momento em que me inscrevi – com a inscrição nº 1 do pleito – para disputar a eleição da qual, ao final, sagrei-me vencedor. E assim me manterei, firme no propósito de que não se faz, absolutamente, necessário embrenhar-nos em outras vertentes do conhecimento apenas a título de alegoria.

Mantenhamo-nos retos, firmes e consistentes fazendo aquilo que Deus nos atribuiu, pois o dia é curto e a tarefa a cumprir é vasta.<sup>2</sup> Há de trabalhar muito para edificar o imóvel do conhecimento – *jurídico*, no meu caso – e ter por ampliada, junto às demais áreas do conhecimento humano, a sonhada *civitas maxima*. Utopia? Sim, e todos aqui, sem exceção, são utópicos. Não seriam Acadêmicos se assim não fosse. De fato, enquanto uns acreditam poder salvar a Pátria da miséria do conhecimento, outros creem fomentar o avançar da cultura e das artes; sem contar os que, negacionistas, se veem apenas navegando nas longínquas águas de seu delírio poético. Tudo isso brilha, no entanto. E como seria enfadonha – *ennuyeux*, para falar como os franceses – uma Academia de Letras se assim não fosse; se não se acreditasse, cada um, *per se*, que se pode navegar ultramar, que se pode ir ao infinito, que se pode salvar o mundo? Certo que as Ciências Jurídicas, da qual sou aqui um dos representantes, são bem mais *finitas e limitadas* que o espaço cósmico em que navega a ficção. Porém, têm solidez concreta que atinge, também concretamente, a vida cotidiana de todos, inclusos os romancistas e poetas. Trata-se, exatamente, do caso de amor conhecido como “os opostos se atraem”. Nós, juristas, nos atraímos pelas demais áreas do conhecimento, ainda que a recíproca, muitas vezes, não seja verdadeira. De minha parte, não tenho dúvidas: me enamoro pela arte do outro; me apaixono por quem oferece algo a mim – o prazer poético, por exemplo – que não logro dar em recíproca; e amo, em profundidade, as artes *lato sensu* que complementam a minha existência, sobretudo a arte musical.

---

2 V. A *Ética dos Pais*, Cap. 2, Mishná 20.

É, em suma, com esse espírito, nobres pares Acadêmicos, que venho aqui hoje, e tomo posse como terceiro ocupante da Cadeira nº 36 desta Academia de Letras, iniciada pelo jurista Pedro Trouy, seu patrono, e agora ocupada por mim. Nela, colaborarei com os senhores, com suas necessidades, com suas demandas e com o que se fizer necessário. O meu espírito – os que me conhecem sabem – é abertíssimo, leve, acolhedor. E também assim ingresso hoje aqui, com essa mesma natureza e com esse mesmo propósito. Passarei a amá-los e, assim, a também (espero) ser por vocês amado.

Senhoras e Senhores!

Ao ingressar como Acadêmico na Casa Barão de Melgaço, tem-se uma grande responsabilidade, notadamente a de não cometer os *três pecados* apontados por Nilza Queiróz Freire em sua crônica “Trinômio de Pecados”, publicada em *Crônicas da Cidade Verde*. Ali, a Acadêmica – ocupante da Cadeira nº 14 desta Casa – nos faz refletir sobre a prática do pecado em função do trinômio pensamento, palavras e obras. Sobre o pensamento, preocupa-se a autora com quem o dirige para o mal, sabedora que é das penitências que recebem (de Deus) aqueles que assim o produzem. Quanto à palavra, diz a autora ser a nossa língua – aquela, literalmente, que temos dentro da boca – a responsável pelo que falamos, principalmente quando se coloca “um sapicuí no ombro e distribuimos os defeitos dos outros na frente e os nossos, atrás”. E, quanto às obras, a reflexão direciona-se às nossas ações diuturnas, aquelas que não crescem nada sobre nada, por ser fácil a crítica, mas difícil a realização. O incômodo de Nilza Freire com o que se faz em termos de ações chega ao ponto do seu desabafo de que “[é] muito fácil criticar, mas não é fácil fazer”, e, justamente por ser assim, “a posição mais cômoda será aquela de não fazer nada e pôr defeito em quem realiza alguma coisa”.<sup>3</sup>

Haveria algum desses pecados, aqui, na Casa Barão de Melgaço? Ou *todos* eles? Penso que *todos* e mais alguns. Ora, se pecar não fosse humano – e *todos* aqui, ao que parece, o somos – se estaria já em outro plano, no plano do não-humano, aquele (ainda) desconhecido e que um dia cada qual, sem exceção, haverá de fazer visita.

---

3 Freire, Nilza Queiróz. *Crônicas da cidade verde*. Cuiabá: Gibim, 2005, p. 193-194.

Pretendo com isso dizer que não obstante as tentações e os pecados rondarem qualquer grupo que se associe, certo é que se deve sempre tentar reduzi-los, amenizá-los, focando as atividades de cada qual naquilo para o que verdadeiramente a agremiação se destina; para o que ela espera de nós na condição de representares da intelectualidade deste nosso entorno geográfico. Daí porque este Sodalício não é lugar para o baixo, para o raso, para a falta de respeito e para a falta de ética e de moral. É lugar de intelectualidade, de alto nível cultural, de postura, de altivez, de soberania acadêmica. É um lugar de tradição. Não é lugar, em suma, para nada que desse propósito se desligue; para nada que fuja à regra dos costumes e das tradições da Casa; para o que traz vergonha e não orgulho aos seus pares e à sociedade.

Devemos, portanto, seguir firmes no que recomendou Dom Francisco de Aquino Corrêa – este imenso intelectual e político mato-grossense, o mais jovem sacerdote brasileiro a ascender, à época, ao Episcopado, e que também teve assento na prestigiosa Academia Brasileira de Letras – em seu discurso inaugural deste então Centro Mato-Grossense de Letras, hoje Academia Mato-Grossense de Letras, em 7 de setembro de 1921, quando corretamente pontificou:

*Bem inspirado nestes princípios, o Centro Mato-Grossense de Letras se propõe a fazer uma literatura que não só respeite a moral, mas a edifique, exalte e sublime.*

*Nosso fim é cultivar as belas letras, que tão sugestivamente são também chamadas boas letras.*

*Não queremos a literatura das pornografias, que desvirginam a pureza dos sentimentos e afrouxam a integridade dos caracteres, desencadeando, a miúdo, sobre a família e a sociedade, os mais tremendos infortúnios.*

*O divo poeta (...) em todos os países cultos, Dante Alighieri estigmatizou admiravelmente, com ferro em brasa, num simples decassílabo do seu Inferno, todo o mal das literaturas passionais e corruptas.<sup>4</sup>*

É exatamente assim, Senhoras e Senhores, que se há de portar numa Academia de Letras, não de outra forma. Não falo, evidentemente, pelos pares, mas por mim mesmo. Há que transformar as letras em algo

---

<sup>4</sup> Texto em: Freire, Nilza Queiróz; Siqueira, Elizabeth Madureira & Pinto, Gislaíne Figueiredo Pissurno Motta (Orgs.). *90 anos da Academia Mato-Grossense de Letras (1921-2011)*. Cuiabá: AML, 2011, p. 31.

edificante, sublime; em literatura íntegra, de alto nível, construtiva, e que possa, sem dúvida, entregar à sociedade o que ela espera da Academia.

A seguir a tradição, esta é uma Academia *una*, de corpo *modelar*, com caracteres, sim, diversificados no âmbito científico e pessoal, mas *unidos* por um só propósito no plano acadêmico. É a unidade externa formada pela multiplicidade interna. É a maravilha do saber congregado, integrado, unido e de braços abertos à sociedade. É a mágica da família que se tem por adoção, senão desligada por laços sanguíneos, mas agremiada por afinidades linguísticas e culturais. É o que transforma esta Casa em “A-ca-de-mi-a”, tal a fundada por Platão nos jardins de Akademos, onde o saber era auferido pelo questionamento e pelo debate, ideia posteriormente (1620-1630) implantada em França, que a consolidou como a mãe das agremiações literárias, a Académie Française.

Diante desse quadro que acabei de expor, tenho por certo pretender afastar os referidos pecados e implementar, como há de ser, literatura edificante e culta doravante aqui, num ambiente *em coro*, que entoia em uníssonos os valores culturais mais caros a uma Casa deste quilate. De minha parte, espero ser este o ambiente que encontrarei aqui, com confrades e confreriras do mais alto nível moral e intelectual, de espírito agregador, inclusivo e, porque não, feliz.

Senhoras e Senhores!

A Cadeira nº 36 da Casa Barão de Melgaço, que assumo hoje, pertenceu a três personalidades anteriores, com seu Patrono e dois Acadêmicos subsequentes. É cadeira, vê-se, longeva, de pouquíssimos ocupantes, todos legítimos mato-grossenses. Apenas eu, por então, quebro parcialmente essa cadeia da terra. Digo parcialmente porque, se não sou mato-grossense *jus soli*, sou mato-grossense por Decreto: recebi, em 23 de novembro de 2006, o título de Cidadão Mato-Grossense da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, o que também, de certa maneira, me introduz na corrente de pertencentes a este querido Estado. E, mesmo que assim não fosse, certo é que o meu coração, sem abandonar o meu Estado de São Paulo e a minha cidade natal, Presidente Prudente, se sente, também, mato-grossense, se não por nascimento, por adoção.

Falemos, pois, dos ocupantes da Cadeira nº 36 deste Sodalício.<sup>5</sup> E, desde já, frise-se tratar-se de um assento, sobretudo, jurídico desta Academia de Letras. De fato, o seu Patrono, Pedro Trouy, nascido em Cáceres em 6 de junho de 1872, era ligado à cena jurídica da época, tendo sido Promotor de Justiça em Santo Antônio de Leverger. Ainda que seja despropositado falar em “cadeira literária”, “cadeira poética”, “cadeira da histórica” e “cadeira jurídica”, certo é que, a mim, em especial, causa conforto ocupar uma Cadeira em que o seu Patrono era também Bacharel em Ciências Jurídicas. Pedro Trouy, além de Promotor de Justiça, foi também jornalista, e colaborou nos periódicos de Cáceres durante algum tempo, tendo sido também fundador de *O Argos*, na hoje sul-mato-grossense Corumbá, escrevendo nos jornais *O Democratas* e *O Tiradentes*. Na política, entre o final do século XIX e início do século XX, foi eleito Deputado Estadual, durante o governo de Antônio Paes de Barros. No Relatório da Justiça de 1920, apresentado ao Exmo. Presidente do Estado de Mato Grosso, Dom Francisco de Aquino Corrêa, pelo Procurador-Geral do Estado, Dr. José Barnabé de Mesquita, também Acadêmico desta Casa, lê-se que “[o] cargo de Promotor da Justiça de Sant’Antonio do Rio Abaixo vem sendo exercido desde 14 de Julho de 1916 pelo advogado Pedro Trouy, que se vai havendo com louvável zelo no cumprimento das suas atribuições”. Dentre as suas obras, destaca-se o soneto *No campo*, que se transcreve:

### ***No campo***

*Fulge o sol da manhã. Pela chapada  
trina alegre a japuira no arvoredos.  
E de orvalho banhado, altivo e ledos,  
muge um touro, escarvando na quebrada.*

---

<sup>5</sup> Sobre o tema, cf. Freire, Nilza Queiróz; Siqueira, Elizabeth Madureira & Pinto, Gislaine Figueiredo Pissurno Motta (Orgs.). *90 anos da Academia Mato-Grossense de Letras (1921-2011)*. Cuiabá: AML, 2011, p. 139.

*Dos vaqueiros a turma, sobre a estrada,  
de manso vem marchando, e o passaredo,  
que na alfombra brincava, vai com medo  
pousar no coqueiral na fronde alçada.*

*Cantarolando ao eco, mais adiante  
no cercado da estância, loiro infante  
encaminha o rebanho até o curral.*

*No rio um pescador vaga indolente;  
no entanto jorra o sol indiferente  
catadupas de luz no Pantanal!*

Não obstante intelectual, jurista e também político, Pedro Trouy, no entanto, deixou pouquíssima produção literária, como destacou o historiador Rubens de Mendonça na obra *História da literatura mato-grossense*, ao dizer que “esse fenômeno se observa com os poetas de Mato Grosso, dada a dificuldade de publicação”, complementando que “[a] impressão de um livro, em Cuiabá, constitui, no dizer de José de Mesquita, uma das formas modernas de heroísmo”.<sup>6</sup> Trouy faleceu em Santo Antônio de Leverger em 25 de setembro de 1927. Depois de Trouy, o primeiro ocupante desta Cadeira foi o Acadêmico Luís Feitosa Rodrigues, nascido em Corumbá em 25 de agosto de 1889. Foi marítimo até o ingresso no magistério, profissão da qual mais se dedicou, tendo sido também Secretário Municipal de Corumbá em várias administrações. Do seu legado à Academia registra-se a elaboração da letra e música do Hino Municipal de Corumbá. Publicou, também, livros de poesias e ajudou a fundar a Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária em Corumbá. Dentre os seus livros, destacam-se *Inspirações* (1936) e *Devaneios* (1952). Alceste de Castro disse, certa feita, que a poesia de Luís Feitosa “é uma poesia cinzelada, sutil, é o lírio num jarro antigo, um camafeu com silhuetas gregas”, e que “ora panteísta, ora místico, seus versos têm a opalescência dos poentes outonais, róseos e plúmbeos, e asas de aves batendo compassadas e sinos plangentes em campanários de lírios”.<sup>7</sup> O

---

6 Mendonça, Rubens de. *História da literatura mato-grossense*. 2. ed. especial. Cáceres: Ed. Unemat, 2015, p. 38.

7 Mendonça, Rubens de. *História da literatura mato-grossense*. 2. ed. especial. Cáceres: Ed. Unemat, 2015, p. 128.

Acadêmico faleceu em Corumbá no ano de 1970. Por fim, o segundo e último ocupante da Cadeira nº 36 deste Sodalício foi José Couto Vieira Pontes, nascido na hoje sul-mato-grossense Três Lagoas, em 10 de maio de 1933. Também jurista, foi durante muitos anos advogado e professor da então Faculdade de Direito de Campo Grande. Foi, ademais, o primeiro Procurador-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, depois da divisão do Estado, além de Magistrado aposentado. O Acadêmico também eterniza a Cadeira nº 11 da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Dentre as suas publicações se destacam: *Deste lado do horizonte (Contos)*; *Jorge Luís Borges, a erudição e os espelhos*; *História da literatura sul-matogrossense*; *Do diário de Cândido Hambre Del Calabozo*; *A casa dos ofendículos* e *Os vinte anos da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras*. Assim, também o meu antecessor na Cadeira nº 36 desta Casa me traz grande felicidade, pois também talhado no universo jurídico, este que sempre teve assento neste Sodalício, e que, agora, também me recebe de braços abertos.

Senhoras e Senhores!

É chegado o momento em que pretendo prestar contas à sociedade mato-grossense do que realizei nesta terra desde o dia em que aqui aportei, há mais de treze anos, em 2 de janeiro de 2005. Já Mestre em Direito (desde 2003) pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Unesp, *campus* de Franca, e já com uma dezena de livros jurídicos publicados, nas áreas do Direito Internacional e dos Direitos Humanos, em Cuiabá pisei a convite do Acadêmico Luiz Orione Neto, para que eu coordenasse os cursos de pós-graduação da Escola Superior de Direito de Mato Grosso, que foi, durante muito tempo neste Estado, berço exuberante de cultura jurídica e de ensino do Direito. Aqui cheguei de coração aberto. À primeira vista, me encantei com Mato Grosso e seu povo, com Cuiabá e sua gente, e em pouco tempo eu já tinha aqui número de amigos maior do que logrei fazer em minha própria terra natal, Presidente Prudente. Como não me apaixonar por Mato Grosso e por Cuiabá?

A par das atividades na ESUD, conheci alguém especial em minha vida, a Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, que, num café da tarde, me abriu os olhos para a Universidade Federal de Mato Grosso, instituição da qual sou hoje Professor-Associado e ingressei, em meados de 2008, em primeiro lugar, no concurso de provas e títulos de ingresso na

carreira do magistério do ensino superior. Naquele mesmo ano de 2008, no mês de novembro, concluí o meu Doutorado em Direito Internacional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, para onde ia semanalmente, com longas conexões aéreas, retornando no meio da semana para Cuiabá. Tempos que só quem passou sabe da dificuldade. Mas valeu a pena. Na UFRGS, com banca de altíssimo nível, fui aprovado no Programa de Doutorado em Direito com a nota máxima (nota 10,0) *summa cum laude*, com a tese (nome comercial) *Tratados Internacionais de Direitos Humanos e Direito Interno*, publicada pela Editora Saraiva (em 2010). Tornei-me, então, na UFMT, Professor-Adjunto, em razão do título de Doutor.

Em meados de 2009, recebi da então Diretora da Faculdade de Direito da UFMT, a diletta amiga Beatrice Maria Pedroso da Silva, a incumbência de elaborar, sozinho, o Projeto do Programa de Mestrado em Direito da UFMT. Após um ano de solitário trabalho, apresentei-o à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade, na gestão da então Pró-Reitora Leny Caselli Anzai, tendo o Projeto subido ao Ministério da Educação, em Brasília. Em poucos meses, recebo um telefonema da Capital Federal a informar que o Projeto de Mestrado em Direito da UFMT fora aprovado sem qualquer ressalva e, o que é raro, de vez primeira. Assim nasceu, então, a nossa pós-graduação *stricto sensu* em Direito da UFMT, com hoje inúmeros Mestres formados e já no mercado de trabalho, lecionando e atuando como pesquisadores em todo o Brasil. Muitos deles, para a minha alegria e honra, estão neste plenário hoje, acompanhando esta sessão solene de posse! Na Universidade Federal de Mato Grosso tenho liderado um Grupo de Pesquisas, nominado Grupo de Estudos de Direito Internacional Público – GEDIP, que é hoje responsável por formar estudantes para a diplomacia e a advocacia internacional. Com mais de dez anos de atividade, o Grupo – formado exclusivamente por estudantes de graduação – já conquistou medalhas nacionais e internacionais. Fizemos várias viagens pelo Brasil e para os Estados Unidos, nas competições da *American University*. Esses jovens, hoje também aqui presentes, são o meu orgulho e a minha alegria!

Efetivamente, a Faculdade de Direito da UFMT é a minha *mater* de produção científica. É nesse ambiente que tenho escrito os meus livros mais recentes. É certo que dos meus quase trinta livros publicados, muitos vieram antes do ingresso na Universidade Federal, iniciados ainda em Presidente Prudente, no interior do Estado de São Paulo, onde me formei em Direito.

Contudo, foi na UFMT que as obras de maturidade foram produzidas e atualizadas, bem assim as que me levaram a ser referência constante nos julgamentos do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal Militar. São esses os cinco tribunais superiores brasileiros, e neles todos a minha doutrina tem sido, graças a Deus, referência, notadamente quando as discussões recaem sobre o controle de convencionalidade das leis e a aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil. Dentre as obras referidas, destacam-se o meu *Curso de direito internacional público* (hoje na 12ª edição pela Editora Forense) e o meu *Curso de direitos humanos* (hoje na 6ª edição, também pela Editora Forense).

Essa é uma contribuição que, penso, dou para o Estado de Mato Grosso, no sentido de levar um saber desenhado e trabalhado na Universidade Federal do nosso Estado para todo o Brasil. E assim permanecerei, enquanto força tiver – e espero ainda ter muita! – para jamais abandonar o trabalho duro de fazer ciência jurídica no Brasil, notadamente no momento atual de obras cada vez mais compactas, simplificadas e sem conteúdo de nível qualificado. Outrossim, tenho uma predileção pelos estudantes. E eles sabem disso. Não há turma na Universidade em que não ganho amigos, que frequentam o meu escritório e a minha casa, que passam tardes e tardes comigo a elaborar projetos, a fazer pesquisas, a organizar eventos, simpósios, conferências e tudo quanto a sua infinita vontade ordenar. A minha vida acadêmica não teria qualquer significado sem esses estudantes, sem vocês, que aqui estão e me acompanham há tanto tempo. O que mais eu poderia precisar, nesta solenidade de posse, se houvesse apenas a presença de vocês aqui? Mais do que um “imortal” Acadêmico, quero, mais verdadeiramente, ser imortal no coração de cada qual, que luta e trabalha comigo para os propósitos aos quais nos dedicamos.

Por outro lado, penso ter contribuído nacionalmente com teorias jurídicas que, até então, jamais foram desenvolvidas no País. Uma delas é a já referida doutrina do controle jurisdicional da convencionalidade das leis.<sup>8</sup> Hoje a minha ideia dos controles difuso e concentrado de convencionalidade é tomada por toda a doutrina (internacionalista e constitucionalista) nacional e também estrangeira (sobretudo, em

---

<sup>8</sup> Mazzuoli, Valerio de Oliveira. *Controle jurisdicional da convencionalidade das leis*. 5. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Portugal). Também, na jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros, como já antes referi, a tese encontrou lugar seguro de aplicação prática, por disponibilizar à grande e carente massa popular novos mecanismos de garantia de seus direitos internacionalmente protegidos. Disso têm sido exemplo as inúmeras decisões da Justiça do Trabalho a garantir aos trabalhadores brasileiros direitos não encontráveis no ordenamento interno, mas previstos em convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho, as quais – pelo exercício do controle de convencionalidade das leis – têm prevalecido às normas domésticas quando mais benéficas aos direitos dos trabalhadores. Do outro lado do caminho – do lado, agora, do Direito Internacional Privado – também tenho, penso, contribuído para com as Ciências Jurídicas nacionais, notadamente quando me lancei, há alguns anos, à tarefa de reescrever o Direito Internacional Privado brasileiro, até então mal organizado nos compêndios doutrinários e confusamente aplicado pelo Poder Judiciário. Foi quando, então, lancei, pela Editora Forense, o meu *Curso de direito internacional privado* (agora em 4ª edição).<sup>9</sup>

Em suma, senhoras e senhores, espero ter podido mostrar-lhes um pouco do trabalho que tenho realizado na docência e nas letras jurídicas e, assim, poder agregar todas essas atividades também para os propósitos desta Academia, que deve estar aberta à sociedade e aos estudantes de todos os níveis. Nesse sentido, fico feliz, sobretudo, porque aqui entre meus pares também se fazem presentes professores de *escol*, dos mais variados ramos do conhecimento. Por sua vez, a Faculdade de Direito da UFMT sempre se fez presente nesta Casa, com inúmeros docentes que por aqui passaram ao longo dos anos. E, agora, das 40 cadeiras deste Sodalício, temos três cadeiras ocupadas por *atuais* professores da nossa Faculdade de Direito: este novel ocupante da Cadeira nº 36 e os Acadêmicos Amini Haddad Campos e Luiz Orione Neto. E ainda, para a nossa felicidade, temos aqui professores aposentados da Faculdade de Direito da UFMT e integrantes atuais desta Casa: os Acadêmicos João Antonio Neto, Benedito Pereira do Nascimento, Benedito Pedro Dorileo (este foi Vice-Reitor e Reitor da Universidade) e José Ferreira de Freitas. Sete, portanto, é o número de docentes da nossa Faculdade de Direito neste Sodalício (quase 20% de seus 40 membros)

---

<sup>9</sup> Mazzuoli, Valerio de Oliveira. *Curso de direito internacional privado*. 3ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

a demonstrar a tradição da Casa Barão de Melgaço no acolhimento dos docentes-juristas da nossa Faculdade de Direito.

Senhoras e Senhores!

Estou rumo ao término. Com alegria e com o coração aberto estou aqui diante de todos a dizer da minha predileção pelas letras jurídicas e do meu amor ao ambiente acadêmico. Aqui me coloco, agora, como um operário da sociedade mato-grossense, esta que me acolheu com braços maternos e me cuida com a amizade deste povo que, para mim, tem muito de especial. Não sou o primeiro nem o único forasteiro a ingressar nesta Casa. Mas uma certeza tenho: a de que apenas os que têm mérito e valor, venham de onde vierem, têm para si as portas abertas desde lugar; têm o aval da sociedade em que vive para de sua mais ilustre Casa de Cultura fazer parte; têm autorização para se embrenhar no meio cultural deste lindo povo, que transborda cultura e tradição em cada olhar e em cada gesto; podem, enfim, andar nas ruas históricas desta Capital e ser reconhecidos como parte delas.

Este aval que me dão, vocês, povo mato-grossense, será honrado e mantido, com todas as minhas forças e enquanto eu estiver aqui. De lembrar que quando Lisboa pretendeu ser francesa, o cancionero português, na voz inesquecível de Amália Rodrigues, reagiu:

*Não namores os franceses  
Menina, Lisboa,  
Portugal é meigo às vezes  
Mas certas coisas não perdoa*

*Vê-te bem no espelho  
Desse honrado velho  
Que o seu belo exemplo atrai*

*Vai, segue o seu leal conselho  
Não dês desgostos ao teu pai*

*Lisboa, não sejas francesa  
Com toda a certeza  
Não vais ser feliz*

*Lisboa, que ideia daninha  
Vaidosa, alfacinha,  
Casar com Paris*

*Lisboa, tens cá namorados  
Que dizem, coitados,  
Com as almas na voz*

*Lisboa, não sejas francesa  
Tu és portuguesa  
Tu és só pra nós*

Assim não só é Portugal, como também aqui. Que se siga firme, então, na fidelidade que se tem de ter com aqueles que nos acolhem, sem dar quaisquer desgostos a esse pai tão generoso.

E por falar em fidelidade, certo é que se hoje estou aqui é porque recebi o incentivo de vários Acadêmicos e amigos, alguns dos quais nunca tive, até então, contato pessoal e que, depois, tornaram-se próximos e amigos. Pretendo aqui nominá-los – além dos outros que já nomeiei no decorrer deste discurso – sabedor do risco de me esquecer de alguém, pelo que, desde já, me escuso. Muito estímulo e carinho (por ordem alfabética) recebi de Avelino Tavares (Acadêmico), Benedito Pedro Dorileo (Acadêmico e ex-Reitor da UFMT), Benedito Pereira do Nascimento (Acadêmico e Desembargador aposentado do TJMT), Elizabeth Madureira Siqueira (Acadêmica e professora aposentada da UFMT), Fernando Tadeu Miranda Borges (Acadêmico e professor da UFMT), Francisco Leal de Queiroz (Acadêmico, Político e Jurista), Germano Aleixo Filho (Professor aposentado da UFMT), Gilmar Ferreira Mendes (Acadêmico e Ministro do Supremo Tribunal Federal), Guiomar Teodoro Borges (Desembargador), Jane de Sousa Melo (Tenente-coronel da PM-MT), João Batista de Almeida (Acadêmico e Procurador de Justiça de Mato Grosso), José Carlos de Oliveira Robaldo (Procurador de Justiça aposentado de Mato Grosso do Sul), José Cidalino Carrara (Acadêmico e Jornalista), Lauristela Guimarães (Empresária), Letícia Lígia de Barros (servidora do TJMT), Lourival Ribeiro Filho (Advogado), Lucinda Nogueira Persona (Acadêmica e professora aposentada da UFMT), Márcio Vidal (Desembargador e professor

aposentado da UFMT), Marcos Prado de Albuquerque (Professor da UFMT), Moisés Martins (Acadêmico), Nilza Queiróz Freire (Acadêmica), Odoni Gröhs (Acadêmico e Médico), Rita Luísa de Castro (Fotógrafa), Roberto Nunes (ex-Vereador em Cuiabá e ex-Deputado Estadual de Mato Grosso), Saul Duarte Tibaldi (Diretor da Faculdade de Direito da UFMT), Sueli Batista (Acadêmica e Jornalista), Ubiratã Nascentes Alves (Acadêmico e Procurador do Estado de Mato Grosso aposentado), Wanderley José dos Reis (Acadêmico e Magistrado) e Yasmin Jamil Nadaf (Acadêmica). A todos eles, o meu muito obrigado!

Enfim, caríssimos pares! Finalizo por dizer que aporto a este Sodalício para conviver e aprender com vocês que me acolhem agora nesta Casa. E que esta nova convivência seja repleta de alegria e felicidade. O meu muito obrigado a todos os presentes, pelo carinho com que também me recepcionam aqui nesta sessão solene. Agradeço a toda a minha família pela alegria do convívio, lembrando sempre de meu falecido pai, Italo Mazzuoli, por todas as lições de vida. Mesmo que em outro plano, sinto sempre as suas boas energias e vibrações.

Por fim, muito especialmente, agradeço a você, Mãe, que me deu a vida e a quem tenho como o maior presente que Deus poderia me dar! Tudo em mim – todo o trabalho, todo o esforço, todas as conquistas, todos os méritos, os êxitos e tudo o que tenho, e faço, e farei –, não há dúvidas, só tem um único e exclusivo significado: Você!